

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2017

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

MORADA Rua dos Coriscos

N. 640 **ANDAR** **LOCALIDADE** Maia

FREGUESIA Maia

CONCELHO Maia

COD. POSTAL 4425-057

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 501240217
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 320 497,09	1 363 885,44
Ativos intangíveis	5	94,71	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 093,90	664,91
		1 321 685,70	1 364 550,35
Activo corrente			
Inventários	6	1 923,60	1 953,15
Estado e outros entes públicos	11.7	4 090,99	0,00
Diferimentos	11.2	1 315,97	1 161,48
Outros ativos correntes	11.3	1 337 339,79	1 284 006,27
Caixa e depósitos bancários	11.4	115 256,16	72 313,18
		1 459 926,51	1 359 434,08
Total do ativo		2 781 612,21	2 723 984,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	313 838,32	313 838,32
Resultados transitados	11.5	1 959 733,66	1 922 007,67
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	363 698,61	359 770,16
		2 637 270,59	2 595 616,15
Resultado líquido do período		89 558,86	37 725,99
Total dos fundos patrimoniais		2 726 829,45	2 633 342,14
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	20 559,49	339,59
Estado e outros entes públicos	11.7	4 708,80	4 859,52
Outros passivos correntes	11.8	29 514,47	85 443,18
		54 782,76	90 642,29
Total do passivo		54 782,76	90 642,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 781 612,21	2 723 984,43

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	227 749,97	215 730,29
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.9	247 578,23	203 396,90
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-32 263,32	-58 895,08
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-159 522,22	-113 299,18
Gastos com o pessoal	9	-203 792,49	-209 377,40
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	7 699,77	477,71
Outros rendimentos	7 e 11.11	79 341,09	56 400,97
Outros gastos	11.12	-31 274,01	-10 726,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		135 517,02	83 707,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-45 958,16	-45 981,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		89 558,86	37 725,99
Resultados antes de impostos		89 558,86	37 725,99
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		89 558,86	37 725,99

A Direcção

O responsável

RENDIMENTOS E GASTOS			PERÍODOS		
			2017	2016	
NOTAS	Lar Residencial				
7 6 e 9	227 749,97 -236 055,81	Vendas e serviços prestados Custo das vendas e dos serviços prestados	227 749,97 -236 055,81	215 730,29 -268 272,48	
	-8 305,84	Resultado Bruto	-8 305,84	-52 542,19	
8 7, 11.11 e 11.14 4, 5 e 11.10 11.12 e 11.14	160 342,55 175 608,91 -205 480,38 -32 606,38	ISS, IP - Centro Distrital Outros Rendimentos Gastos administrativos Outros Gastos	160 342,55 175 608,91 -205 480,38 -32 606,38	161 113,80 99 807,98 -159 280,62 -11 372,98	
	89 558,86	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	89 558,86	37 725,99	
	89 558,86	Resultado antes de impostos	89 558,86	37 725,99	
	0,00	Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	
	89 558,86	Resultado líquido do período	89 558,86	37 725,99	

A Direcção

O responsável



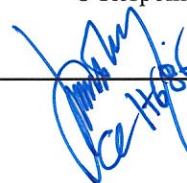
ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		231 237,74	233 453,50
Pagamentos a fornecedores		-228 331,12	-174 775,82
Pagamentos ao pessoal		-139 347,50	-141 845,95
Caixa gerada pelas operações		-136 440,88	-83 168,27
Outros recebimentos/pagamentos		97 980,11	-86 301,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-38 460,77	-169 469,66
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 618,06	0,00
Ativos intangíveis		-113,65	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		25 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		41 718,10	43 104,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		63 986,39	43 104,94
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		17 417,36	4 174,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		17 417,36	4 174,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		42 942,98	-122 189,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		72 313,18	194 502,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		115 256,16	72 313,18

A Direcção

O Responsável



ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações	13
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Diferimentos	14
11.3	Outros ativos correntes	14
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.5	Fundos Patrimoniais	15
11.6	Fornecedores	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.8	Outros passivos correntes	15
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.10	Fornecimentos e serviços externos	16
11.11	Outros rendimentos.....	16
11.12	Outros gastos	16
11.13	Resultados Financeiros	17
11.14	Aumentos/reduções de justo valor	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1 Identificação da Entidade

A Associação Fraternidade Missionários do Sofrimento é uma instituição sem fins lucrativos, que se encontra registada na Direção Geral da Segurança Social no livro 1 das Organizações Diversas com fins de segurança social sob o nº3/84 a fls. 25 e verso em 29 de Fevereiro de 1984. Tem sede na Rua dos Coriscos, nº 640 – apartado 2047, 4425-051 Águas-Santas, Maia, Paróquia de Corim, do município da Maia, distrito e diocese do Porto.

São fins principais da Associação os seguintes:

- Apoio à 3ª idade;
- Apoio à integração social e comunitária.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Diminuições	31-12-2017
Terrenos e Recursos Naturais	143 843,28		33,16	143 810,12
Edifícios e Outras Construções	1 697 915,21			1 697 915,21
Equipamento Básico	260 498,83	210,75		260 709,58
Equipamento de Transporte	44 566,87			44 566,87
Equipamento Administrativo	55 163,97	2 373,28		57 537,25
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 937,03			2 937,03
Activo Tangível Bruto	2 204 925,19	2 584,03	33,16	2 207 476,06
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	525 624,20	33 918,02		559 542,22
Equipamento Básico	215 356,07	11 031,76		226 387,83
Equipamento de Transporte	44 566,87	0,00		44 566,87
Equipamento Administrativo	53 110,10	864,04		53 974,14
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 382,51	125,40		2 507,91
Depreciações Acumuladas	841 039,75	45 939,22	0,00	886 978,97
Activo Tangível Líquido	1 363 885,44	-43 355,19	33,16	1 320 497,09

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Diminuições	31-12-2017
Programas de Computador	2 487,61	113,65		2 601,26
Activo Intangível Bruto	2 487,61	113,65	0,00	2 601,26
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	2 487,61	18,94		2 506,55
Depreciações Acumuladas	2 487,61	18,94	0,00	2 506,55
Activo Intangível Líquido	0,00	94,71	0,00	94,71

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 923,60	1 953,15
Total	1 923,60	1 953,15

No que concerne à quantia de “Inventários” reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 953,15	1 808,15
Compras	25 457,99	26 579,44
Doações	6 775,78	32 460,64
Saldo Final	1 923,60	1 953,15
Gastos do Período	32 263,32	58 895,08

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de Serviços	227 749,97	215 730,29
Quotas do Utilizadores	227 749,97	215 730,29
Juros	42 783,91	43 104,94
Depósitos Bancários	0,00	2 577,42
Outras aplicações de meios financeiros	42 783,91	40 527,52
Total	270 533,88	258 835,23

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			160 342,55			161 113,80
Camara Municipal da Maia	Não Reembolsável			19 487,50			
Total		0,00	0,00	179 830,05	0,00	0,00	161 113,80

9 Benefícios dos empregados

Em 2018 e 2017 são onze os membros que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2017 bem como do exercício de 2016 foi de 18.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	162 931,18	167 132,13
Indemnizações	187,50	1 219,30
Encargos sobre as Remunerações	36 372,25	36 795,51
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 122,26	1 904,47
Outros Gastos com o Pessoal	2 179,30	2 325,99
Total	203 792,49	209 377,40

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1093,90	664,91
Total	1 093,90	664,91

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 315,97	1 161,48
Total	1 315,97	1 161,48

11.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Outros instrumentos financeiros	1 336 695,93	1 258 352,12
Ativos financeiros	1 336 695,93	1 258 352,12
Fornecedores	643,86	0,00
Adiantamentos a fornecedores	643,86	0,00
Outras contas a receber	0,00	25 654,15
Outros	0,00	26,55
Utentes	0,00	25 627,60
Total	1 337 339,79	1 284 006,27

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	5 710,83	2 174,99
Depósitos à Ordem	109 545,33	70 138,19
Total	115 256,16	72 313,18

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313 838,32			313 838,32
Resultados Transitados	1 922 007,67	37 725,99		1 959 733,66
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	359 770,16	11 471,35	-7 542,90	363 698,61
Total	2 595 616,15	49 197,34	-7 542,90	2 637 270,59

Este ano a instituição recebeu uma doação no valor de 11 471,35€.

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c		
Fornecedores	20 559,49	339,59
Total	20 559,49	339,59

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Rentenções Juros - IRC	244,17	
IVA - A Recuperar	3 846,82	0,00
Total	4 090,99	0,00
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	680,15	448,00
IVA	0,00	819,26
Segurança Social	3 983,03	3 558,06
Outras - FCT e FGCT	45,62	34,20
Total	4 708,80	4 859,52

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Credores por Acréscimo de Gastos	29 513,08	31 727,62
Remunerações a Liquidar	27 578,65	30 365,80
Outras despesas diferidas	1 934,43	1 361,82
Outros Credores	1,39	53 715,56
Outros Credores	1,39	53 715,56
Total	29 514,47	85 443,18

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	179 830,05	161 113,80
Doações e heranças	67 748,18	42 283,10
Total	247 578,23	203 396,90

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	78 240,75	42 713,23
Materiais	2 284,23	1 285,85
Energia e fluídos	32 004,06	32 461,37
Deslocações, estadas e transportes	779,80	522,75
Serviços diversos	20 382,47	17 339,11
Encargos com Utentes	25 830,91	18 976,87
Total	159 522,22	113 299,18

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	84,92	276,51
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	24 966,84	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	7 542,90	7 542,90
Outros	3 962,52	5 476,62
Juros, Dividendos e outros rendimentos similares	42 783,91	43 104,94
Total	79 341,09	56 400,97

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	3 628,68	875,04
Outros	27 645,33	9 851,74
Total	31 274,01	10 726,78

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	42 783,91	43 104,94
Total	42 783,91	43 104,94
Resultados Financeiros	42 783,91	43 104,94

11.14 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ganhos por aumentos de justo valor	9 032,14	1 123,91
Em instrumentos financeiros - BPI	9 032,14	1 123,91
Perdas por reduções de justo valor	1 332,37	646,20
Em instrumentos financeiros - BPI	1 332,37	646,20
Total	7 699,77	477,71

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes da resposta social, durante o ano de 2017, foi de 34.

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

Maia, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção